

CORREIO SUDESTE

Divulgação/PMSP



Inscrições estarão abertas entre os dias 13 e 23/12

São Paulo abre inscrições para o Carnaval de Rua 2025

As inscrições dos blocos para desfilar no Carnaval de Rua 2025 estarão abertas entre os dias 13 e 23 de dezembro, para todos os que tenham histórico e que tradicionalmente saiam no mesmo trajeto. A Prefeitura de São Paulo publicou as regras para os desfiles no Diário Oficial desta sexta-feira (6). Os cadastros são feitos em duas etapas. Na primeira, será enviado por e-mail o link de inscrição para confirmação dos dados de trajeto. Após a confirmação via link, os blocos

receberão um protocolo para validação. Posteriormente, o trajeto será publicado no Diário Oficial. A segunda etapa de inscrições, para novos blocos ou para aqueles que desejarem alterar trajetos, ocorrerá de 2 a 10 de janeiro de 2025. As inscrições deverão ser feitas por meio do portal do Carnaval de Rua. A publicação no Diário Oficial também traz o guia de regras e orientações gerais para os blocos cadastrados para o Carnaval de Rua 2025 da Cidade de São Paulo.

Interlocução da SPTurismo

A festividade, que acontece entre os dias 22 de fevereiro e 9 de março, é organizada com correalização da Secretaria Municipal de Cultura e apoio de outros órgãos. O pré-carnaval de rua acontece nos dias 22 e 23 de fevereiro; o carnaval entre os dias 1 e 4 de março e os desfiles pós serão realizados nos dias 8 e 9 de

março. Para desfilar, os blocos precisam de autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo e devem respeitar todas as regras publicadas no guia. A SPTurismo é a responsável pela interlocução com os blocos carnavalescos, de acordo com o Decreto nº 63.925, que cria a Comissão Especial de Organização do Carnaval.

Investimento em Minas

O Governo de Minas anunciou, nesta segunda-feira (9), a atração de mais um importante investimento para o estado, que vai gerar mais emprego e renda para os mineiros. A empresa dinamarquesa Novo Nordisk fará o aporte de quase R\$ 500 milhões em investimentos para a expansão da pro-

dução de sua planta em Montes Claros, no Norte de Minas. O governador Romeu Zema participou da cerimônia de anúncio do recurso, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, e destacou a importância do investimento para o estado, que avança na geração de emprego e renda.

Mobilidade em Vitória

A mobilidade em Vitória é o tema central em um evento aberto a toda comunidade, promovido pela PMV, que ocorrerá nesta terça-feira (10). O Seminário de Apresentação do Diagnóstico e Prognóstico do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Vitória (VIXMOB), será realizado das 14 às 17 ho-

ras, no auditório Zemar Moreira Lima - sede da Prefeitura de Vitória-, na avenida Mal. Mascarenhas de Moraes, em Bento Ferreira. O objetivo do evento é apresentar os resultados do diagnóstico técnico-social da cidade e discutir as diretrizes estratégicas para a política de mobilidade urbana do município.

Cesta nas férias

Famílias de estudantes em situação de vulnerabilidade podem consultar as informações sobre a retirada de alimentos do programa Cesta nas Férias, da Prefeitura de Belo Horizonte. A plataforma para acesso às informações é o cestaestudantes.pbh.gov.br/, pelo qual os

beneficiários serão informados sobre o local e data para retirada, que começa na quarta-feira (11), e vai até o dia 31 deste mês. Terão direito aos alimentos 40.746 famílias. Essa é a terceira vez que a PBH oferta cestas às famílias que mais precisam do reforço da alimentação.

Protocolo para atender mulheres

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, em parceria com a Fiocruz Minas, lançou o Protocolo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência de Belo Horizonte, um documento pioneiro que busca redefinir a forma como a cidade enfrenta essa grave

questão social. Resultado de um esforço coletivo entre diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, o protocolo busca articular os serviços municipais em torno de uma rede integrada e humanizada de atendimento às mulheres em situação de violência.

Reunião do CNPE define destino de obra de Angra 3

Projeto de usina nuclear está parado e começou na década de 80

Divulgação/Eletronuclear



Conclusão da obra de usina nuclear demanda investimentos de R\$ 25 bilhões

Por Sônia Paes

O Brasil pode entrar para a história do setor nuclear nesta terça-feira, dia 10, quando decide o futuro da Usina Angra 3. O martelo será batido em uma reunião do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética). Se o governo federal optar pela continuidade das obras, terá que arcar com investimentos da ordem de R\$ 25 bilhões aproximadamente.

Caso opte pela paralisação de Angra 3, terá que desembolsar algo em torno de R\$ 20 bilhões. Ou seja: o custo para desistir da obra é quase o mesmo para dar continuidade. O setor nuclear está na expectativa de que o presidente Lula anuncie a continuidade das obras ainda hoje.

Na reunião ordinária do CNPE e Lula, um dos integrantes do colegiado é a favor de dar sinal verde para o projeto: o ministro de Minas e Energia,

Alexandre Silveira, defendeu a retomada da usina - com 66% dos trabalhos concluídos. O colegiado é composto também pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, Fazenda, Fernando Haddad, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, além de outras 13 pastas.

O presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, responsável pela operação do complexo nuclear de Angra dos Reis-RJ, que tem ainda Angra 1 e 2 - apontou uma direção para o projeto. Os cerca de R\$ 25 bilhões seriam captados por um "pool" de agentes, incluindo bancos públicos nacionais, agência de fomento internacional e outras opções.

Na mesma linha, o deputado federal Julio Lopes diz que uma parceria entre o Brasil e a França seria crucial para a obra. "Mas, no entanto, não há impeditivo para que o Brasil toque a obra", disse o deputado em

entrevista ao Correio Sul Fluminense, do Grupo Correio da Manhã, em abril deste ano.

Júlio Lopes é presidente da Frente Parlamentar Nuclear e ferrenho defensor da obra. Na semana passada, afirmou à imprensa que "os brasileiros deveriam 'rezar' para que o CNPE aprove a continuidade de Angra 3. E mais: mobilizou prefeitos do Estado do Rio para sensibilizar o governo federal a respeito da importância da obra.

Estudo do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez um estudo detalhado sobre a terceira usina nuclear brasileira e concluiu que o montante para concluir a obra - os cerca de R\$ 21 bilhões - seria praticamente o mesmo de se concluir o empreendimento, entretanto sem gerar energia elétrica.

O calhamaço com a via-

bilidade técnica, econômica e jurídica da usina nuclear foi entregue, no início de setembro deste ano, para a Eletronuclear, que imediatamente enviou o documento para o Ministério de Minas e Energia (MME) e os acionistas (ENBPar e Eletronuclear). O MME por sua vez, encaminhou a análise para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que decidirá pela conclusão ou não da usina nesta terça-feira, dia 10, caso não ocorra nenhuma eventualidade.

Detalhes da análise

O estudo do BNDES apontou uma estimativa da tarifa: R\$6 53,31 por megawatt-hora (MWh). O valor, ainda segundo o estudo, é similar à tarifa de referência definida pelo CNPE em 2018 (R\$ 480,00, em valores da época, que atualmente correspondem a R\$ 639,00).

O estudo mostrou também que pelo menos R\$ 800 milhões em equipamentos de Angra 3 foram usados por Angra 2. Da mesma forma, entre R\$ 500 milhões a R\$ 600 milhões em combustível nuclear foram utilizados pela segunda usina brasileira, e tinham sido inicialmente comprados para a terceira. Por isso, aproximadamente R\$ 1,4 bilhão será reembolsado pelo próprio caixa de Angra 2. O fato impacta positivamente a competitividade tarifária de Angra 3, afirma o estudo divulgado pelo banco.

O documento ressalta que qualquer resultado financeiro positivo identificado futuramente, e incentivos tributários do setor, como o Renuclear da Câmara dos Deputados.

PMSP: obrigatoriedade de usar câmeras

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, determinou nesta segunda-feira (9) a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais pelos policiais militares do estado de São Paulo. A decisão também obriga o uso de equipamentos com gravação ininterrupta.

A decisão foi tomada diante de um pedido feito pela Defensoria Pública estadual para obrigar a Polícia Militar a utilizar o equipamento. O pedido tramitava na Corte desde dezembro do ano passado.

Na decisão, Barroso citou ca-

sos recentes de violência policial contra pessoas que não ofereciam risco ou resistência e de desligamento proposital das câmeras.

"Diante da ausência de demonstração da viabilidade técnica e operacional dos novos dispositivos e do significativo aumento da letalidade policial em 2024, é indispensável manter o modelo atual de gravação ininterrupta, sob pena de violação à vedação constitucional ao retrocesso e descumprimento do dever estatal de proteção de direitos fundamentais, em especial o direito à vida", decidiu Barroso.

A decisão que obriga a utilização das câmeras foi determinada após governo de São Paulo enviar ao Supremo novas informações sobre o cronograma de implantação dos equipamentos.

Na sexta-feira (6), Barroso recebeu 17 documentos detalhados sobre o andamento dos contratos para implantação dos dispositivos.

No entanto, o presidente do STF considerou que as informações não suficientes para a implementação prática dos equipamentos. O ministro citou "falhas reiteradas" no uso das câmeras em operações e o

descumprimento dos protocolos de acionamento.

"Nesse contexto, entendo que o agravamento do cenário de violência policial no estado de São Paulo e os indícios de ineficiência na implementação da política pública de uso de câmeras corporais tornam necessária uma atuação mais rigorosa no âmbito deste processo. Há falhas reiteradas no uso das câmeras em operações e descumprimento dos protocolos de acionamento dos dispositivos", justificou o ministro.

Por Andre Richter - Agência Brasil

MINAS GERAIS

Multinacional gera empregos em Pouso Alegre

A multinacional Midea inaugurou, nesta segunda-feira (9) uma fábrica de refrigeradores e lavadoras em Pouso Alegre, na região Sul de Minas, que vai gerar 650 empregos diretos. Essa inauguração coroa mais um intenso trabalho de atração de investimentos do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e da agência vinculada Invest Minas.

O investimento privado na planta produtiva foi de R\$ 630 milhões, o maior dos últimos dez anos no setor de linha branca no Brasil, de acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos.

RIO DE JANEIRO

Sine divulga mais de duas mil vagas de emprego

O Governo do Estado divulga, esta semana, 2.157 vagas de emprego, estágio e jovem aprendiz no Rio. Nas regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Serrana, O Sistema Nacional de Emprego captou 1.432 vagas de emprego formal. Para quem procura por estágio ou uma chance como jovem aprendiz, há 725 chances em vários municípios.

Na Região Metropolitana, estão concentradas 80,1% das vagas: são 1.147 chances de trabalho, e 21 são destinadas a pessoas com deficiência (PcD). Para esse público, destacam-se oportunidades para auxiliar de limpeza, auxiliar administrativo, carpinteiro, entre outras

MINAS GERAIS

Ouro Preto cobra do Dnit melhorias na BR-356

Dois novos contratos, para manutenção e sinalização da BR-356, devem melhorar as condições de tráfego em distritos e localidades de Ouro Preto, segundo expôs nesta segunda-feira (9) o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) em Minas, Antônio Gabriel dos Santos.

Ele participou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais de audiência da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, realizada a pedido do deputado Alencar da Silveira Jr., para discutir melhorias nos acessos a localidades da cidade e no entorno da Rodovia dos Inconfidentes.

ESPÍRITO SANTO

Última chance para quitar débitos no Zera Dívida Banestes

O Feirão Zera Dívida do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) vai acontecer em toda a rede de agências e no site oficial do banco, até 30 de dezembro.

Os clientes poderão renegociar seus débitos com condições especiais, como descontos de até 100% em juros de mora, correção e multa, além do parcelamento da dívida em até 120 meses.

Para solicitar a renegociação, o atraso dos clientes deve ser superior a 60 dias e os débitos podem estar judicializados ou não. O feirão é voltado para pessoas físicas, com dívidas de até R\$ 500 mil, e para pessoas jurídicas, com dívidas de até R\$ 1 milhão.